



TESOURO NACIONAL

RTN 2021

Dezembro

Publicado em
28/01/2022

Resultado do Tesouro Nacional

Sumário Executivo

Sumário Executivo

O resultado primário do Governo Central foi um superávit de R\$ 13,8 bilhões em dezembro de 2021, frente ao déficit primário de R\$ 44,1 bilhões observado em dezembro de 2020 (em termos nominais). O resultado foi significativamente melhor que a mediana das expectativas da pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Economia, que indicava um déficit de R\$ 14,4 bilhões.

O Tesouro Nacional e o Banco Central foram superavitários em R\$ 5,8 bilhões e a Previdência Social (RGPS) apresentou superávit de R\$ 8,0 bilhões. Em comparação com dezembro de 2020, a melhora no resultado primário observado no mês decorre da combinação de um aumento real de 19,6% (+R\$ 28,4 bilhões) da receita líquida e de um decréscimo real de 17,6% (-R\$ 34,0 bilhões) das despesas totais.

O aumento real da receita líquida no mês é derivado do crescimento nas receitas não administradas (+R\$ 17,0 bilhões), nas receitas administradas (+R\$ 16,1 bilhões) e na arrecadação líquida para o RGPS (+R\$ 0,8 bilhão), parcialmente compensado pelo crescimento nas transferências por repartição de receita (+R\$ 5,4 bilhões). Os principais destaques na comparação mensal são: a) aumento na arrecadação do Imposto de Renda retido na fonte (fundos e aplicações de renda fixa; juros sobre capital próprio; e rendimentos do trabalho); b) aumento na arrecadação referente à estimativa mensal (IRPJ/CSLL); c) ganhos de IOF (+R\$ 3,3 bilhões) pela restauração da tributação das operações de crédito, em vigor desde janeiro de 2021; d) aumento no recebimento de dividendos da Petrobras (+R\$ 11,2 bilhões); e e) elevação na arrecadação de concessões e permissões (+R\$ 2,3 bilhões) explicada pelas concessão de 5G e novas concessões de transportes terrestres sem contrapartida em dezembro de 2020.

A diminuição nas despesas primárias em dezembro de 2021 em comparação com o mesmo mês do ano anterior, por sua vez, foi influenciada principalmente pela redução nos gastos em resposta aos efeitos socioeconômicos da crise provocada pela Covid-19. Créditos extraordinários apresentaram redução de R\$ 31,7 bilhões quando comparados a dezembro de 2020. Ainda, destacam-se no comparativo entre os meses de dezembro de 2020 e de 2021 o aumento real nas despesas discricionárias (+R\$ 6,2 bilhões), bem como as reduções reais nas despesas relacionadas à Lei Complementar nº 176/2020 (-R\$ 3,1 bilhões), de Pessoal e Encargos Sociais (-R\$ 2,9 bilhões) e de Benefícios Previdenciários (-R\$ 2,2 bilhões).

Com o número de dezembro, o resultado acumulado no ano totaliza um déficit primário de R\$ 35,1 bilhões, ante déficit de R\$ 743,3 bilhões em 2020 (em termos nominais). Esse resultado é composto por um superávit de R\$ 212,3 bilhões do Tesouro Nacional e do Banco Central e por um déficit de R\$ 247,3 bilhões na Previdência Social (RGPS). Em termos reais, no acumulado no ano, a receita líquida registrou aumento de 21,2% (+R\$ 289,1 bilhões), enquanto a despesa total diminuiu 23,6% (-R\$ 522,2 bilhões). Quanto à receita, destacam-se os aumentos nas receitas administradas (+R\$ 234,1 bilhões) espalhados por praticamente todas as rubricas. Houve também expressivo crescimento nas receitas não administradas pela Receita Federal (+R\$ 101,3 bilhões) e na arrecadação líquida para o RGPS (+R\$ 24,9 bilhões). Esses movimentos

foram parcialmente compensados pelo aumento nas transferências por repartição de receita (+R\$ 71,2 bilhões).

Do lado da despesa, no ano de 2021 destacam-se as reduções em: a) créditos extraordinários (-R\$ 366,5 bilhões), apoio financeiro a Estados e Municípios (-R\$ 89,4 bilhões) e subsídios e subvenções (-R\$ 16,3 bilhões), todas associadas, em 2020, ao enfrentamento das consequências econômicas e sociais decorrentes do estado de emergência causado pela pandemia do coronavírus (Covid-19); b) abono salarial e seguro-desemprego (-R\$ 19,2 bilhões), resultante da antecipação do pagamento do abono salarial em 2020, sem contrapartida em 2021, e da postergação dos pagamentos de abono salarial do 2º semestre de 2021 para o ano de 2022; e c) Pessoal e Encargos Sociais (-R\$ 19,6 bilhões).

O déficit acumulado ao longo de 2021, de R\$ 35,1 bilhões e equivalente a 0,4% do PIB, é o melhor resultado anual para o Governo Central desde 2013. O desempenho veio bem melhor que as expectativas oficiais e de mercado que, por volta de abril do ano passado, projetavam déficit superior a 3% do PIB. Esse resultado chama ainda mais atenção quando se considera a necessidade de expansão fiscal realizada em 2020, momento no qual diversas medidas de combate aos efeitos da pandemia precisaram ser adotadas. Naquele ano, o déficit primário do Governo Central alcançou R\$ 743,3 bilhões, equivalentes a 10% do PIB. Assim, no segundo ano da pandemia, ainda executando políticas de combate aos seus efeitos econômicos e sociais, o Governo conseguiu praticamente reequilibrar seu orçamento, promovendo um ajuste fiscal superior a 9 pontos percentuais do PIB.

A magnitude desse movimento fica mais evidente quando se compara o desempenho brasileiro com o de outros países. Segundo relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI), de outubro de 2021, que apresenta um panorama da performance fiscal de diversos países a partir da métrica de Governo Geral, que cobre as estatísticas do Governo Central mais Estados e Municípios, a média esperada do esforço fiscal dentre os 40 países emergentes pesquisados é de 3 pontos percentuais do PIB, valor esse vai a 3,1 pontos quando se consideram apenas os representantes da América Latina.

Nessa comparação de Governo Geral, cabe dizer, o esforço fiscal do país fica ainda mais evidente, na medida em que há expectativa de superávit primário de Estados e Municípios da ordem de R\$ 76,3 bilhões, conforme último Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias publicado. Com esse dado, o resultado fiscal consolidado dos três entes de governo nacionais chega a um valor superior a R\$ 40 bilhões, colocando o Brasil num seleto grupo de apenas 4 países que apresentam perspectiva de resultado positivo para o Governo Geral em 2021, considerando a supracitada amostra do FMI.

Parte importante desse desempenho veio da forte arrecadação no ano passado. Em 2021, foi registrado em termos reais o maior nível da Arrecadação Total, motivado pelo número também recorde da Receita Administrada pela Receita Federal, pelo terceiro melhor resultado da Receita Não Administrada e pelo quinto melhor resultado da Arrecadação Líquida da Previdência Social.

Apesar da contribuição de algumas receitas não recorrentes, como a devolução de recursos não utilizados para enfrentamento da pandemia, pode-se dizer que houve melhora

disseminada nos principais indicadores econômicos que influenciam a arrecadação de tributos. Enquanto a produção industrial e a venda de bens superaram 5%, a venda de serviços cresceu acima de 9%. Ainda, dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) até novembro passado mostraram criação líquida de quase 3 milhões de empregos formais.

Por outro lado, é a partir da avaliação da despesa que o esforço de contenção fiscal fica mais claro. O volume de despesa sobre PIB de 18,6%, que é o mais baixo desde 2014, ainda foi impactado por cerca de R\$ 120,8 bilhões executados em suporte ao enfrentamento da Covid, valor equivalente a 1,4% do PIB. Esses resultados reafirmam a tendência de controle nas despesas do Governo Central iniciado desde 2016, quando foi promulgada a regra do Teto de Gastos.

Descontados os gastos com a pandemia e os valores de cessão onerosa repartidos com estados e municípios em 2019, pode-se verificar que a maior parte dos agregados de despesa vem caindo em termos reais. Enquanto as despesas discricionárias caíram R\$ 57,8 bilhões de 2016 a 2021, os agregados de “Obrigatórias com Controle de Fluxo” e “Outras Despesas Obrigatórias” se reduziram, em conjunto, em R\$ 94,2 bilhões, fruto da racionalização de políticas públicas, como o Fies e programas de subsídio. A despesa de pessoal, que chegou a ter algum crescimento real até 2019, em 2021 apresentou queda de R\$ 20,0 bilhões na comparação com o ano anterior.

O resultado para o período 2016 - 2021 só não foi melhor por causa do crescimento relevante ainda registrado pelas despesas com benefícios previdenciários, maior agregado de despesa primária do Governo Central. De todo modo, com a aprovação da Nova Previdência, já se pode perceber um ritmo mais comportado dessa despesa, que em relação a 2020 também apresentou queda real de R\$ 9,8 bilhões.

Portanto, pode-se dizer que o resultado fiscal melhor que o esperado em 2021 reflete sim o volume de arrecadação registrado e o compromisso de focalização das despesas de enfrentamento da Covid-19, mas também todo o esforço de contenção de despesas que vem sendo feito nos últimos anos, com o advento do teto dos gastos. Não fosse essa regra, o resultado do Governo Central poderia ser, teoricamente, inferior em quase 10 vezes, já que a meta de resultado primário do ano, com todas as compensações previstas, permitia um déficit de mais de R\$ 330 bilhões.